

CULTURA AFRO-BRASILEIRA E FOTOGRAFIA NA ESCOLA: RESULTADOS DA PRIMEIRA ETAPA DO PROJETO LUZ NEGRA

Joyce de Sousa Lima¹
Rostand de Albuquerque Melo²

RESUMO

O presente artigo relata como foi o desenvolvimento, aplicação e os resultados obtidos pelo Projeto de Extensão “Luz Negra”, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel da Costa Cirne, situada no bairro do Pedregal, na cidade de Campina Grande. Durante o segundo semestre de 2018, o projeto foi responsável por promover oficinas de fotografia interligadas à fomentação de debates sobre temáticas de cunho étnico-racial. A iniciativa propôs utilizar-se da linguagem fotográfica enquanto ferramenta de pedagógica, baseando-se em princípios Educomunicativos, onde a fotografia tem o potencial de representação das diversas realidades sociais e contribui na percepção dos discentes em relação ao processo de construção identitária individual e coletiva. O texto apresenta o contexto de realização das oficinas e os procedimentos metodológicos adotados. Além disso, foram analisados os dados adquiridos por meio de formulários, preenchidos pelos alunos no decorrer das oficinas. Os resultados ressaltam a necessidade do debate étnico-racial dentro na sala de aula e enfatizam o potencial da fotografia enquanto elemento facilitador do processo de desconstrução de estigmas sociais, ao indicar que as oficinas do projeto ampliaram a autopercepção da negritude entre os estudantes e o nível de conhecimento sobre a cultura afro-brasileira, bem como estimulou os participantes a debater a temática e ocupar um espaço de protagonismo e expressão.

Palavras-chave: Fotografia. Cultura Afro-brasileira. Educomunicação

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar a metodologia e os resultados obtidos pelo Projeto de Extensão “Luz Negra”, desenvolvido na Rede Municipal de Educação do município de Campina Grande-PB com o objetivo de promover o debate étnico-racial nas escolas participantes através de oficinas fotográficas. A iniciativa está fundamentada nas Leis Federais Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, que determinam a inclusão do ensino das culturas afro-brasileira e indígena no currículo escolar, numa perspectiva interdisciplinar. Observando a lacuna ainda existente no contexto educacional no que se refere ao cumprimento destas leis, o projeto surge como um agente possibilitador do debate em sala de aula, lançando mão das estratégias metodológicas do campo da Educomunicação (SOARES, 2011) na reflexão do tema,

¹ Graduanda do Curso de Jornalismo na Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, joycesolsa@gmail.com;

² Professor orientador: Doutor, Departamento de Comunicação - UEPB, rostandmelo@gmail.com.

de maneira lúdica, instigando os alunos a debaterem a temática, levando sempre para o contexto da realidade social onde estão inseridos. Dar voz aos estudantes para que eles falem e retratem as suas experiências com o assunto é uma forma de incentivar e despertar a curiosidade e gerar reflexão, quebrando estereótipos e modificando comportamentos.

O projeto “Luz Negra” foi criado e desenvolvido no âmbito do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), contando com a participação de docentes e discentes do curso de bacharelado em Jornalismo. Está vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e começou a atuar a partir de 2018³. Os resultados discutidos neste artigo referem-se ao recorte de uma unidade específica, a Escola Municipal Manoel da Costa Cirne, mais conhecida pela comunidade como “Neco Cirne”, localizada no bairro do Pedregal. A equipe⁴ realizou oito oficinas, sendo uma por semana, no período de agosto a novembro.

METODOLOGIA

Para mensurar os resultados, utilizamos a análise comparativa dos questionários aplicados nas oficinas realizadas no segundo semestre de 2018, na Escola Municipal Manoel da Costa Cirne. Adotamos como pressuposto metodológica a estratégia da pesquisa-ação proposta por Thiollent (1998), por considerarmos que esta escolha vincula-se diretamente com a dinâmica da intervenção educacional ao possibilitar ir além do mero diagnóstico, com impacto direto da presença do pesquisador no campo onde se propõe a atuar:

com base empírica que é concebida em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1998, p. 14).

A vinculação da pesquisa-ação com a educação fundamenta-se também por considerar certo grau de engajamento do pesquisador como algo inerente ao processo, com a perspectiva da pesquisa como um processo de potencial transformação social, conforme já relatados em outras pesquisas, a exemplo de Salvador (2017, p. 59) ao destacar que:

³ O Projeto de extensão “Luz Negra: oficinas de fotografia sobre a cultura afro-brasileira na rede pública de educação” está vinculado ao Programa de Concessão de Bolsas de Extensão da Universidade Estadual da Paraíba (PROBEX/UEPB) para a cota 2017/2018 e em vigor na cota 2018/2019.

⁴ Em 2018, participaram do projetos os alunos: Ana Cláudia dos Santos Araújo, Ana Júlia Morais Soares, Joyce de Sousa Lima (bolsista), Myrlla Raffene dos Anjos, Nicolay Silva e Renan Lutiane Silva Fernandes.

O uso da pesquisa-ação no campo da Educomunicação é uma estratégia metodológica eficaz para projetos de intervenção que visam estreitar a relação do pesquisador ou professor com os envolvidos, bem como dos envolvidos com a realidade ao seu redor.

Partindo dessa perspectiva, intercalamos etapas de obtenção de informações com a execução das oficinas. Assim sendo, a coleta de dados ocorreu em dois momentos. O questionário inicial foi aplicado durante as atividades do primeiro dia de oficinas, no início do trabalho. O objetivo era obter informações sobre os saberes e valores dos participantes e suas visões de mundo sobre a cultura afro-brasileira, antes de qualquer contato, diálogo ou debate sobre a temática étnico-racial. Uma segunda versão do questionário foi aplicada após a conclusão dos trabalhos, após os alunos terem acesso ao conteúdo das oficinas e participados das discussões em sala de aula. Este questionário final retoma algumas das questões abordadas no primeiro questionário, visando estabelecer relações e comparações.

O CONTEXTO DE REALIZAÇÃO DAS OFICINAS

Considerando que o projeto é composto por estudantes do bacharelado em Jornalismo, foi perceptível a apreensão por parte da equipe no que se tratava na ideia de transmitir o conhecimento aos alunos. Essa apreensão se fez presente tanto no que diz respeito à técnica fotográfica quanto à maneira mais eficaz de abordar e levantar os debates sobre a cultura afro-brasileira. Pensando nessa e em outras dificuldades que poderiam surgir no planejamento pedagógico das oficinas, viu-se a necessidade de uma capacitação interna, que serviria de alicerce para a melhor desenvoltura do projeto. Assim foi feito. Durante uma semana a equipe participou de palestras e minicursos sobre as mais variadas vertentes da temática, visando preencher as lacunas internas, tanto no quesito pedagógico, quanto histórico e cultural. A semana de capacitação foi desenvolvida em parceria com o Departamento de História da UEPB, por meio do projeto de extensão coordenado pela Professora Patrícia Aragão.

O vínculo que justifica a presença de estudantes do campo da comunicação no ambiente escolar, buscando contribuir com processos de educação, justifica-se primeiramente pelo lugar de interface construído pelo conceito de Educomunicação, definido por Soares (apud ALMEIDA, 2003. p.04). como: “o conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos e produtos destinados a criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos”, considerando a potencialidade das linguagens midiáticas em “ampliar a capacidade de expressão das pessoas” (op. cit).

Mas apesar do conceito ser recente, seus pressupostos remetem a experiências anteriores e vincula-se com o projeto de construção de uma educação dialógica e que promova a autonomia dos sujeitos, conforme propôs o patrono da educação brasileira, Paulo Freire (2006, p. 69) ao considerar que o processo de educação “é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”. Iniciativas pregressas, como as propostas pelo pedagogo francês Célestin Freinet e pelo radialista argentino Mário Kaplún estão no alicerce das práticas que atualmente são reconfiguradas enquanto intervenções de educomunicação.

Após o período de capacitação, a equipe se depara dentro de uma sala de aula e com a realidade de milhares de professores da educação básica brasileira: a falta de infraestrutura nas escolas públicas. Por trabalharmos com alunos de salas distintas e no contraturno, não foi possível ter uma sala fixa para a execução do projeto. No primeiro dia de aula, por exemplo, ficamos na biblioteca da escola, no segundo em uma sala improvisada pelo diretor e assim seguimos até a finalização da temporada na escola.

Fotografia é um assunto que por mais atrativo que seja, ainda assim consegue ser denso e por essa maneira decidimos diluí-lo de maneira sutil, correlacionando com a temática do povo negro na atualidade. Apresentar uma perspectiva diferenciada, ou seja, uma nova forma de olhar sobre o assunto, fez com que os alunos começassem a se identificar e correlacionar o tema com o seu dia a dia, dentro e fora da escola. Alguns assuntos como padrões de beleza, religião, estereótipos e *bullying* foram retratados de maneira natural e sem nenhum bloqueio das crianças. Apesar do roteiro pré-estabelecido no planejamento das oficinas, as atividades estavam abertas à influência dos estudantes. O direcionamento e a pauta dos debates era redefinida pelo contexto dado pela turma.

Foram utilizados slides como ferramenta para expor fotografias atreladas ao conteúdo, as quais respaldam o repertório visual do projeto. Fotógrafos e modelos negros fizeram-se presentes nas discussões sobre estereótipos que regem os padrões de belezas, e “historietas” referentes à arte e manifestações religiosas, nas quais servem de pretextos na tentativa de justificar o neo racismo. Sempre entrelaçando teoria e prática e trazendo os levantamentos para a realidades deles, partindo de acontecimentos vivenciados pelos mesmos.

Para melhor compreensão dos resultados, é importante expor como foi a didática adotada nas oficinas realizadas na Escola Manoel da Costa Cirne. Realizamos oito encontros, no período entre Setembro a Novembro de 2018, os alunos participantes das oficinas, tinham entre 11 e 13 anos. O prazo era curto e estipulamos que a culminância, com os resultados finais, aconteceriam no formato de uma exposição fotográfica que deveria ocorrer na semana da

Consciência Negra, comemorada no 20 de Novembro. Nesse sentido, em cada aula intercalamos, teoria e prática. Explanando o conteúdo deixando com que eles se expressassem em debates, para analisarmos o senso crítico, as particularidades e o que precisava ser reforçado ou desmistificado, bem como aspectos da linguagem fotográfica que necessitavam de explicações mais específicas ou que gerassem maior atração e interesse dos estudantes.

Ao decorrer das oficinas, foram observados alguns pontos que necessitavam de mais de atenção na hora da explicação, contudo, por termos um calendário conciso, não podíamos abordar com tanta profundidade. Confeccionamos uma cartilha, tencionando diminuir os hiatos que o curto prazo em sala de aula poderiam deixar despercebidos. A cartilha também auxiliaria os alunos a propagarem conhecimento, sendo assim, agentes multiplicadores. Ela foi entregue no último dia de oficina, quando ocorreria a produção final dos alunos.

Depois de acontecer a capacitação dos alunos sobre a técnica e a estética da fotografia e dos debates sobre a temática do projeto, os estudantes foram questionados sobre qual seria a vertente da produção fotográfica para a exposição. Com a supervisão da equipe extensionista, os alunos decidiram coletivamente, produzirem o material com a Jornalista Raiza Tavares, que é repórter de um telejornal local e indiretamente, faz parte do cotidiano das crianças. A jornalista atua na TV Borborema, afiliada ao SBT. A emissora segue na programação local o mesmo padrão de programas populares característicos da rede, com destaque para o telejornal policial “A Patrulha da Cidade” que ocupa a faixa do horário do meio-dia.

Apesar de não ser um programa destinado a crianças e adolescentes, o jornal policial atrai a atenção dos estudantes que relataram ter o hábito de assistir à “Patrulha da Cidade” por influência dos pais, por ser veiculado na hora do almoço, onde estão em casa e, principalmente, por retratar parte da realidade do bairro onde vivem, já que se trata de uma comunidade estigmatizada pela presença de casos de violência e pela atuação de facções criminosas na região.

Um contexto similar já havia sido relatado por Orofino (2015) em artigo que apresenta os resultados de um estudo de recepção realizado pela autora entre os anos de 2012 e 2013, por meio da aplicação de oficinas de mídia-educação com 25 crianças com idade entre 8 e 12 anos atendidas por uma ONG localizada no centro de São Paulo-SP. Em sua intervenção, também caracterizada pela aplicação dos pressupostos da pesquisa-ação (THIOLLENT, 1998), a pesquisadora traça um diagnóstico similar ao que identificamos na escola do Pedregal:

Foi possível identificar que, em sua cotidianidade familiar (Martín-Barbero, 1997) as crianças convivem com este tipo de programação que é apreciada/frequentada pelas classes populares na cidade de São Paulo (há uma longa tradição neste estilo de programa de jornalismo policial sensacionalista, desde Afanásio Jazadji, Gil Gomes, Ratinho, Datena, entre outros). Trata-se de um estilo de jornalismo chamado de “imprensa popular”. (OROFINO, 2015. P. 379).

O encontro entre os estudantes e a repórter aconteceu na própria escola. Foi montado um estúdio fotográfico improvisado na sala de aula, onde após o período de debate, os alunos iram fotografar a Jornalista. As dificuldades enfrentadas pela repórter no decorrer da sua trajetória de vida, por ser negra, foi o principal ponto de questionamento por parte dos alunos. Além da questão étnica e identitária, o fato da jornalista também ser egressa de escola pública também despertou o interesse dos discentes, gerando um sentimento de vínculo e identificação, onde muitos projetavam a sua própria situação na história de vida de Raiza.

É de suma importância salientar que a representatividade de Raiza, fez com que fosse notória a frutificação de algumas sementes lançadas pelo projeto. Algumas alunas começaram a aceitar a sua natureza capilar, não sentindo vergonha de serem fotografadas com seus cabelos soltos, reconhecendo a sua beleza, por trás de todo o estereótipo imposto pelas massas. Através de pequenas mudanças, já começaram a reconhecer sua identidade. A confirmação sobre tais avanços veio ao fim da exposição, com as repostas dos questionários e com um aumento significativo no número de crianças que se autodeclararam negras.

ANÁLISE DOS DADOS

Este tópico tem por objetivo analisar os dados coletados nos questionários aplicados na Escola Municipal Manoel da Costa Cirne. Os dados serão apresentados modo comparativo, primeiramente com os dados obtidos nos relatórios aplicados no início das oficinas e posteriormente com as informações coletadas no final. Iniciamos a análise com os dados da autodeclaração dos alunos em relação à identidade étnico-racial. Ressaltamos que o formulário foi construído com base na classificação utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a realização do censo populacional.

Gráfico 1 - Cor da pele referente ao questionário inicial

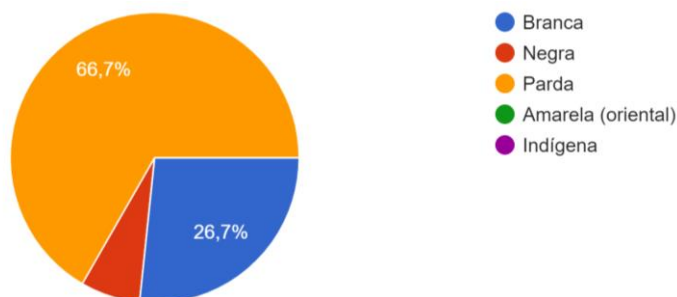
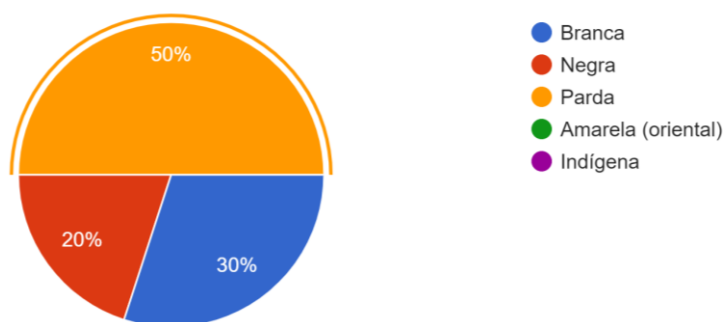


Gráfico 2 - Cor da pele referente ao questionário Final



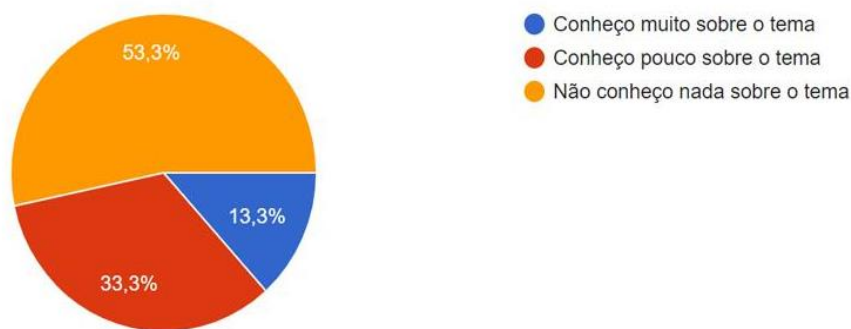
O gráfico revela que 66,6% dos participantes, antes das oficinas se autodeclararam “pardos”, 26,7% se declaram brancos e apenas 6,6% dos alunos se reconhecem como negros. Logo, o percentual representado acima confirma a dificuldade de identificação racial dos indivíduos. Durante a aplicação do primeiro questionário, a equipe percebeu que algumas crianças com características físicas típicas da população negra marcavam a opção “cor branca”. Optamos por não interferir ou corrigir justamente por considerar o dado relevante, tendo em vista que se auto identificar com uma cor de pele não é apenas uma questão biológica, mas o reconhecimento dos lugares sociais que os sujeitos ocupam. O racismo e as situações de exclusão que afetam a população negra também se expressam na resistência à identificação com as próprias raízes.

A presença do racismo no cotidiano dos alunos também aparece na pergunta: “Você já sofreu algum tipo de preconceito?”. No relatório inicial, um em cada três estudantes admitiu ter sido sofrido preconceito. O índice para as respostas “sempre” e frequentemente foi mesmo: 13,3% para cada alternativa. Já 6,7% indicaram que sofrem preconceito “às vezes”. No lado oposto, 20% afirmaram que “raramente” sofrem preconceito e 46,7% que nunca sofreram. No relatório final, esses dados sofreram alteração, com 20% dos estudantes admitindo que sempre

sofrem preconceito e 50% marcando a opção “às vezes”. A opção “nunca” caiu para 30%. A partir dos dados, podemos inferir que a percepção do racismo se ampliou após as oficinas.

Com o aumento do índice de alunos que se identificaram como negros no segundo questionário, consideramos que as oficinas conseguiram o efeito de gerar a reflexão e identificação com elementos étnico-culturais do povo negro. Mas o resultado também indica que há ainda muito o que ser feito, tendo em vista que o número de alunos que se identificaram como “brancos” também aumentou, sendo a classificação de “cor parda” a única que diminuiu. Acreditamos que esse dado pode ser sido o efeito de um dos debates promovidos em sala, onde a equipe do projeto e os estudantes discutiram sobre expressões corriqueiras usadas para evitar o uso da expressão negro, a exemplo de “moreno”, “mulato” ou expressões presentes na literatura como “cor do pecado”. A expressão “parda” cumpriria função similar e acreditamos que os dados apontam que os participantes estabeleceram este tipo de relação ao evitar marcar essa opção no questionário final. Outra questão relevante refere-se ao nível de conhecimento indicado pelos alunos em relação à cultura afro-brasileira, o que nos permitiu traçar um diagnóstico do campo no início do processo de imersão, conforme podemos ver a seguir:

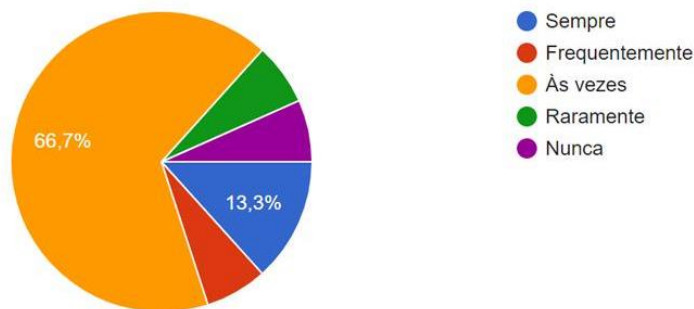
Gráfico 3 - Nível de conhecimento sobre a cultura afro-brasileira



Somando-se as alternativas “conheço pouco sobre o tema” e “não conheço nada sobre o tema” podemos identificar que 86.7% dos participantes admitem que o nível de conhecimento que possuem sobre a cultura afro-brasileira não é satisfatório. Se por um lado esse diagnóstico reforça a necessidade de iniciativas como a implementada pelo “Luz Negra”, por outro abre discussões sobre a efetividade das ações que deveriam garantir, de modo contínuo, a efetivação do ensino de cultura negra de modo transversal no currículo escolar, conforme prevê a legislação em vigor. É o que também comprovam os dados a seguir:

Gráfico 4 - O aluno e a cultura afro-brasileira

Assuntos relacionados a cultura e a história do povo negro são abordados na sua escola?

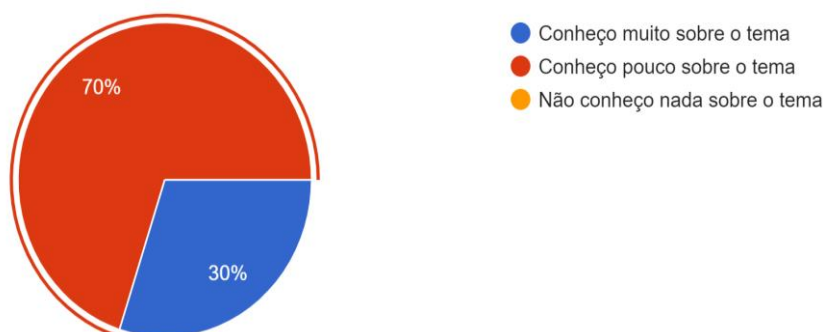


Pelos dados percebemos que a presença da temática afro-brasileira é percebida pelos estudantes como algo que aparece de modo esporádico no contexto escolar, não assumindo o protagonismo esperado pela proposta da legislação vigente e nem mesmo pelos projetos desenvolvidos pelas secretarias de educação, como é o caso da gestão municipal de Campina Grande que possui uma coordenação específica sobre a educação para as relações étnico-raciais. Resultado similar foi obtido quando questionamos se a escola já realizou alguma atividade usando a fotografia para discutir algum tema de interesse educacional (não apenas a cultura afro). Neste quesito, apenas 26,7% das respostas afirmaram que sim. O problema está presente também na superficialidade das respostas apresentadas pelos estudantes na pergunta aberta do questionário que os permitiam descrever os conhecimentos que possuem sobre cultura negra, conforme a amostra presente no quadro a seguir:

Respondente	Resposta
A	Não sei.
B	Eu não sei.
C	Sobre, as comidas, as brincadeiras, histórias, etc.
D	Comidas, danças e brincadeiras.
E	Tem as comidas, capoeira, danças, músicas, religião, festas e só.
F	Eu esqueci.
G	Eu não lembro no momento.

Diante deste cenário de superficialidade, consideramos que o desafio do projeto não se configura em suprir essa lacuna no curto espaço de tempo da aplicação das oficinas, mas despertar o interesse dos estudantes sobre o tema e chamar a atenção para a centralidade das relações étnico-raciais no contexto social em que estão inseridos. Mesmo assim, identificamos que os participantes indicaram ter avançado nos saberes sobre o povo negro após a conclusão do processo de realização das oficinas, conforme podemos avaliar no gráfico a seguir:

Gráfico 5 - O aluno e a cultura afro-brasileira



A proporção de alunos que indicaram não conhecer nada sobre cultura negra é o resultado que mais chama a atenção, mais da metade dos entrevistados (53,3%) afirmaram no questionário inicial que nada sabiam sobre o tema. Esse número caiu para zero no questionário final. O índice para a resposta “conheço pouco sobre o tema” subiu 13,3% para 30%. A proporção elevada de alunos que indicaram conhecer pouco sobre o tema no questionário final demonstra que eles tem consciência de que precisam aprofundar os conhecimentos e que responderam sem o interesse direto de agradar a equipe da oficina, apesar de considerarmos que essa possibilidade existe. Desse modo, acreditamos que o grupo compreendeu o objetivo do projeto em motivá-los para o exercício da autonomia de pensamento, bem como estimulá-los para a busca de saberes e conhecimentos sobre a cultura afro-brasileira em outras fontes, sejam vinculadas à educação formal, como a escola e seus ambientes educacionais, ou em ambientes de educação não formal ou informal⁵, que vão desde às linguagens midiáticas até os espaços de vida comunitária, como a família, a praça pública, os ambientes religiosos e demais lugares de exercício da sociabilidade.

⁵ Sobre a distinção conceitual entre as noções de educação formal, não formal e informal e sua aplicação na formulação de políticas públicas em educação e em estratégias pedagógicas ver Bruno (2014) e Gohn (2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados obtidos no primeiro ano de aplicação das oficinas do projeto “Luz Negra”, que pode ser aqui considerado enquanto “experiência piloto”, é significativa para identificarmos as lacunas e potencialidades da iniciativa de unir fotografia e cultura afro-brasileira. As respostas dos participantes indicam a necessidade de ampliarmos o debate sobre as relações étnico-raciais no ambiente escolar, bem como a viabilidade de usarmos recursos da linguagem midiática para fomentar esse debate. Fotografia, cinema, internet, redes sociais, games e revistas podem ser usadas para dar visibilidade a questões e conflitos inerentes à identidade negra, mas que por vezes são silenciadas no cotidiano.

Ao estabelecermos relações com os dados obtidos no diário de campo, percebemos que alguns obstáculos ainda são sentidos quando o debate é proposto, a exemplo da existência de estereótipos que ainda pesam sobre o povo negro e que são reproduzidos tanto pela mídia, quanto pelas famílias e comunidades onde as crianças estão imersas.

A escola, que em tese deveria exercer o papel de desconstruir estereótipos, acaba se tornando um lugar de reprodução de relações desiguais, de modo similar ao que Bourdieu e Passeron (2014) descreveram em relação ao sistema de ensino francês. Um exemplo disso são os termos e expressões de cunho racista ou que reforçam tensões identitárias e que são usados, talvez de modo inconsciente, pelos estudantes e até mesmo por professores e funcionários. Identificamos que, em alguns contextos, tais termos apareceram em falas de integrantes do projeto na execução das oficinas, indicando o quanto a cultura de exclusão racial está enraizada no país e, por outro, demonstrando como os projetos de educação étnico-racial são importantes como modalidades de educação onde todos aprendem, incluindo os facilitadores que se propõem a ingressar como ambiente escolar aplicando uma proposta de intervenção educacional. Em intervenções como esta, todos são afetados e este processo estimula a revisão constante de comportamentos e saberes.

Consideramos assim que a difusão de iniciativas como a estabelecida pelo projeto “Luz Negra” pode criar um espaço de redefinição das relações étnico-raciais, considerando a escola enquanto vetor de mudança de comportamento que pode afetar a comunidade no seu entorno, principalmente quando se confere espaço aos estudantes para expressarem, por meio de diversas linguagens, suas angústias, medos e dilemas, bem como seus talentos, potencialidades, opiniões e saberes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. **Projetos de intervenção em educomunicação**. 2016. Disponível em: <http://issuu.com/ligiacarvalho77/docs/as_reas_de_intervencao_da_educo/1>. Acesso em: 19 de setembro de 2019.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em 20 de setembro de 2019.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em 20 de setembro de 2019.

BOURDIEU, P. PASSERON, J-C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRUNO, Ana. Educação formal, não formal e informal: da trilogia aos cruzamentos, dos hibridismos a outros contributos. **Mediações** – Revista OnLine da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal. V 2, nº 2, 2014. pp. 10-25. Disponível em: <<http://mediacoes.esse.ips.pt/index.php/mediacoesonline/article/view/68>>. Acesso em: 21 de março de 2019.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. In: **Revista ensaio-avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 11-25, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>>. Acesso em 21 de março de 2019.

OROFINO, M. I. O ponto de vista da criança no debate sobre comunicação e consumo. In: **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**. Manizales, V 13, nº 1, janeiro-junho de 2015. pp. 369-381. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/alianza-cinde-umz/20150513014420/MariaIsabelOrofino.pdf>>. Acesso em: 17 de setembro de 2019.

SALVADOR, L. **Diálogo educacional com a canção de protesto**: análise musical no âmbito escolar. 2017. Monografia (Graduação em Comunicação Social com ênfase em Educomunicação). UFCG: Campina Grande-PB, 2017.

SOARES, I. **Educomunicação**: o conceito, o profissional, a aplicação. São Paulo: Paulinas, 2011.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1998.